

MONTES DA MADALENA UMA HISTÓRIA DE LIMITES NA FRONTEIRA NORTE DE PORTUGAL

Por MANUEL DA CRUZ FERNANDES*

Uma questão que vem do século XVI e se arrastou por todo o século XIX, com avanços e recuos, ao sabor das vicissitudes da história dos dois países ibéricos.

O presente artigo destina-se a enquadrar documentação dispersa existente, numa leitura à luz dos acontecimentos históricos portugueses.

Credibilidade dos documentos

Os documentos de que me socorri são todos eles autenticados e correram pelas chancelarias dos dois países ao longo do século XIX.

Alguns incluem testemunhos de pessoas de ambos os lados da fronteira, que sendo parte do problema podem distorcer as coisas para a seu lado.

Porém, do lado de Lindoso os testemunhos são tantos e tão bem estruturados que seria praticamente impossível forjar uma combinação que batesse tão certa.

Já do lado espanhol, os testemunhos parecem de facto ou muito empolados quando do seu lado haverá alguma razão, ou pura e

* Coronel de Engenharia.

simplesmente ignorando os argumentos dos portugueses quando chega a hora de cada lado apresentar os seus.

Apesar de se detectar a clara razão do nosso lado, Portugal esteve quase a perder os documentos e documentos àqueles que tiveram a missão de representar Portugal neste diferendo.

Documentação existente sobre a fronteira

Os primeiros documentos que se referem expressamente à linha de fronteira das províncias do Minho e de Trás-os-Montes datam de 1538, foram elaboradas por Mem Afonso de Resende, por ordem de D. João III e encontram-se arquivadas na Torre do Tombo, mas da qual foi exibida cópia a seu tempo aos delegados espanhóis.

Mas, já antes, em 1530, tinha sido elaborado um tombo sobre a fronteira de Trás-os-Montes, com o qual coincide o de 1538 em toda a extensão em que dois se sobrepõem nessa província.

Ou seja, se o tombo de 1538 bate certo em toda a extensão coberta pelo de 1530, porque não há-se estar também certo no troço da fronteira da Madalena, onde o outro não chega?

Recuando até 1418, encontram-se partes de outro tombo então elaborado, que também batem certas com o tombo de 1538.

Discrepâncias encontrados pela Comissão de Limites nomeada em 1806 entre argumentos apresentados pelas partes

Desenrolaram-se ao longo do tempo graves questões entre os habitantes de Lindoso e os das aldeias de Galiza de Trasportela e Manin da alcaidaria de Lóbios, mas a questão principal é a posse dos Montes da Madalena:

a. Sustentam os Portugueses que a linha de fronteira parte da Cruz do Touro, situada na Serra das Eiras que é um braço da Serra do Gerês, vem por águas vertentes à Laja dos Candainhos, dali à Lobagueira da Mó, dali à Portela da Velha ou Sede dos Reis, onde des-

ce pelo outeiro abaixo à Pedra do Bozelo, atravessando em seguida o Lima e cortando a direito ao Castanheiro do Crasto na cumeada da serra que se chama Quinjo, e deste ponto ao Esporão da Portela serra acima, e dali à Cruz do Travessão e da Cruz do Travessão à Portela do Couto, e dali aos Portos da Várzea descendo pela serra da Portela do Couto abaixo até ao rio e daí, pelo rio Tibo à confluência deste com o rio Lima.

b. Querem os espanhóis que a raia venha da Cruz do Touro atrás referida, pelo rio Cabril até à sua confluência com o Lima, para seguir por ele até à reunião deste com a ribeira do Tibo, ficando deste modo incluído no seu país o disputado Monte da Madalena e a serra do Quinjo.

Já em 1538 os povos de Lindoso se queixavam a Men Afonso de Resende que nos últimos 60 anos, portanto desde 1470, os Galegos das aldeias vizinhas da serra do Quinjo se “meteram de posse **mole mole** até que de todo estavam já metidos em posse dela”.

Lembravam ainda os moradores mais antigos que os alcaides-mores da Vila de Lindoso a saber Paio Rodrigues de Araújo, avô de João Rodrigues Araújo, que por sua vez era alcaide em 1538, trazia a sua vacaria pacificamente na serra do Quinjo, enquanto viveu e depois pela sua morte, as trouxe aí também seu filho que ficou por alcaide-mor, de nome Lopo Rodrigues de Araújo.

Em 1538, para além das queixas dos habitantes de Lindoso de, depois de o alcaide ter vendido os seus gados que pastavam na serra do Quinjo, terem os povos da margem direita, mole mole, se ir apoderando desta serra até chegar ao rio de Tibo, nada mais havia a registar em relação ao reconhecimento da raia.

Nesta data não havia ainda queixas quanto aos limites da margem esquerda do rio Lima, desde a Cruz do Touro até à Pedra do Vozelo, isto é, em toda a área dos Montes da Madalena.

Lindoso, na data de 1538 era concelho apenas há 25 anos, pois tinha sido criado por destaque das Terras da Nóbrega, por D. Manuel I, pai de D. João III, monarca que ordenou a demarcação da raia de Lindoso.

Quando Men Afonso de Resende procedeu ao levantamento da raia e elaborou o seu cadastro, era cura da Vila de Lindoso Yoam Gonçalves, que também o assinou.

É evidente que a linha da raia apontada pelos povos do Lindoso era aquela que eles tinham como certa e justa e se, em relação a ela, alguma contestação houvesse, teriam eles aproveitado o ensejo de estar presente um delegado real para lhe apresentarem as provocações ou contestações dos seus vizinhos galegos.

Pode-se dizer que, á parte pequenos incidentes, os povos de ambos os lados da fronteira de Trás-os-Montes e Minho, no tempo do visitador Resende viviam em paz como se foram povos da mesma nação.

Uma hipótese histórica

Embora as delimitações entre os povos fronteiriços do vale do Lima estivessem já estabilizadas em 1538 desde há tempos imemoriais, é bem provável que ainda houvesse resquícios que atravessaram os tempos desde D. Afonso Henriques.

Como se sabe, o nosso primeiro rei, num dia que se tomou de fúria, subiu o vale do Lima adentrando-se na Galiza e aí fundou um castelo e nele deixou guarnição sua, comandada pelo alcaide João Fernandes, homem de sua confiança.

Pouco depois de D. Afonso Henriques virar costas, o seu primo Afonso VII de Leão com suas tropas, foi-se ao castelo a arrasou-o. Prendeu a guarnição e tomou como cativo o alcaide, que ficou conhecido por João Fernandes Cativo, e desceu o Vale do Lima até muito mais abaixo do que pediria o alinhamento geral da fronteira Norte de Portugal.

De facto, olhando o mapa, a fronteira Norte apresenta uma “dentada” no território de Portugal do tamanho da raiva de Afonso VII para se vingar de seu primo.

Esta anomalia fronteiraça pode ter resultado da reacção de D. Afonso VII às acutilâncias do nosso primeiro rei.

Pela mesma razão, assume-se que nenhum deles quis definir esta parte da raia por acções militares para não acicatar o ânimo do outro.

Esta uma das hipóteses porque este troço de raia nunca antes tenha tido uma definição precisa.

Assim esta parte da raia deve ter ficado na primeira dinastia um pouco em jeito de posse pelo uso que os povos fronteiriços lhe iam dando.

Neste contexto poderá dizer-se que Lindoso conquistou a sua própria pátria dentro da Pátria maior, Portugal.

Por isso se opôs sempre tão corajosa e tenazmente a quem lhe quisesse tomar o seu chão sagrado.

Contencioso de limites de Lindoso no contexto das vicissitudes da história nacional

Já se verificou que a linha de raia tombada por Mem Afonso de Resende não tendo contestação à altura da sua elaboração, seria de esperar que assim continuasse se os povos de ambos os lados se respeitassem mutuamente.

Mas não aconteceu assim.

Para melhor entendermos o que localmente foi acontecendo, é importante acompanhar a história nacional e tirar desta os reflexos e incidências que teve no que foi acontecendo em Lindoso.

Em 1538 estamos a 42 anos de perder a independência de Portugal, que se verificou em 1580, resultando disso um fortalecimento dos povos galegos, por pertencerem ao país tomador da nossa independência, em termos de se sentirem mais protegidos pelo seu rei, para eles visto como um pai, mas para nós como um padrasto.

Paralelamente, em ocasiões como esta, os vizinhos de Lindoso podiam usar e talvez tivessem usado o argumento de que o rei era o mesmo para os dois países e, portanto, não havia razão para separar o que os reis tinham unido.

Se tal argumento não anulou as razões de Lindoso, pelo menos podê-las-á ter enfraquecido.

Consequências da perda da Independência de Portugal

A união com Castela dos Filipes, perseguidora dos Protestantes, fez cair sobre nós a Holanda e a Inglaterra, que para os espanhóis eram heréticas.

Portugal foi obrigado a despende um enorme esforço para a constituição da “invencível armada”, que os temporais, a argúcia dos ingleses e a incompetência do comando espanhol conduziram ao aniquilamento.

Em 1595 Drake saqueia Faro e as naus da Holanda e da Inglaterra iam já pelo Oceano abaixo afrontar os navios portugueses, agora mal governados e dispersos, atulhados de gente e de pimenta.

A ida dos Holandeses à Ásia foi causada pelo facto de Filipe II de Espanha lhe fechar o porto de Lisboa, em 1594, devido ao seu fanatismo religioso.

Foi logo em 1595 que Cornélio Hutman, holandês que estivera ao serviço dos portugueses como piloto das naus da Índia, que a inquisição portuguesa prendera por ser protestante e só não mandou para a fogueira por ser cidadão de outro país, guiou pela primeira vez uma frota holandesa pelo Cabo da Boa Esperança, a caminho das especiarias. A ciência náutica dos portugueses era assim desbaratada por um rei fanático que teimava em se proclamar senhor da verdade absoluta, encomendada por Roma.

E era assim que o Papa protegia este fanático, que chegou a dizer, perante o morticínio do Duque de Alva nas províncias de Bravante (Bélgica), que preferia um “reino sem gente do que ser rei de heréticos”.

A Restauração de Portugal

Dos 60 anos de sujeição castelhana, não se conhecem grandes registos. Mas sabe-se da forma heróica como os povos raianos se bateram, logo que anunciada a Restauração, umas vezes em terras galegas, outras para proteger o que era seu, como aconteceu quando derrotaram o General espanhol D. Vicente Gonzaga, com os seus cavaleiros e os 600 infantes, em 1641 e 1647.

No período convulsivo que se seguiu a 1640, todo o Minho esteve assolado e em armas e foi graças à coragem do Conde do Prado e do bravo povo serrano, que o General espanhol Pantoja não conseguiu tomar Braga, como desejava.

Tendo entrado por Monção e Valença teve uma progressão terrivelmente dificultada, tendo só a muito custo avançado de vila em vila.

A Barca defendeu-se valentemente na linha da Prova. Não tendo sido capaz de ir além da linha de Aboim da Nóbrega – Serra do Oural, tomado de fúria mandou incendiar a Barca, para que esta não pudesse socorrer Lindoso, do qual só a muito custo e por falta de socorro conseguiu apoderar-se.

Dois anos estiveram Lindoso e o seu castelo sob o jugo espanhol. A importância que os castelhanos atribuíam a Lindoso e a insegurança que sentiam estando ele na sua posse levou a que ali à pressa trouxessem o engenheiro italiano Buscaiolo para reforçar o pano de muralha medieval com baluartes e revelins do sistema Vauban, resistente contra o tiro directo de artilharia, arma que muito se tinha desenvolvido, depois da construção do castelo medieval por D. Afonso III.

Quem respeita linhas de raia em tempos tão conturbados?

Este período coincide com a França de Luís XIV, nação em ascendente em toda a Europa, que humilhava a Espanha, por a considerar serventuária do Papa, e também ao próprio Papa, Alexandre VII.

Em resultado do tratado dos Pirenéus de 1659, a Espanha fica mais fraca, mas consegue que a França esqueça Portugal, que continuava sem tratado de Paz que lhe garantisse o reconhecimento da independência.

De facto, a França, pelo tratado de 1641, tinha-se comprometido a não assinar a paz com Espanha sem que esta reconhecesse a independência de Portugal.

O papado recusou-se por sua vez a reconhecer a independência de Portugal em relação a Castela, preço que tinha de pagar pelo auxílio que continuava a receber de Espanha para esta defender os bens do papado.

O Papa sabia que Portugal lhe continuaria fiel como sempre acontecera e também não lhe convinha enfraquecer mais a Espanha, tão debilitada que tinha saído na disputa com França.

Por outro lado, Castela era-lhe submissa, enquanto que a França, onde as doutrinas de contestação à linha católica de Roma não estavam resolvidas, olhava Roma com soberana distância.

D. João V – Um fauno beato (1706 – 1750)

Data de 1694 a primeira fundição de ouro do Brasil, instalada em Taubaté.

D. João V, um fauno beato, passa por este mundo num período de paz, vivendo em palácios inundados de ouro arrancado ao suor escravo no Brasil, sem ter outra preocupação que não fossem as procissões beatas e fradesas e as alcovas sortidas de amantes.

Entre a procissão e alcova desbaratou este rei 107 milhões de cruzados, o quanto renderam à coroa no seu reinado as minas do Brasil.

A única aventura longínqua em que se meteu foi mandar uma esquadra derrotar sozinha os Turcos na batalha de Matapan, porque a francesa e italiana fugiram à vista do inimigo.

Escreveu Herculano: “Quando os diamantes e o ouro do Brasil vinham inundar Portugal de riquezas... então era preciso entulhar

de frades, de capelães, de cónegos, de monsenhores, de principais, de escribas, de desembargadores, de caturras, de rimadores de epitalâmios e de elegias, o insondável sorvedouro das inutilidades públicas. Era esta a grande indústria de então”...

Como poderia um rei assim preocupar-se com pequenas coisas como eram os problemas de uma minúscula comunidade de fronteira?

Morre D. João V, gasto precocemente na sua actividade viril de alcova, e sucede-lhe D. José, seu filho, em 1750.

Logo a seguir, 1755, veio o terramoto e com ele o grande trabalho de fazer Lisboa de novo.

O ouro estava no fim e o Marquês de Pombal já tinha muito em que pensar. A Nação precisava de se refazer.

É nesta data, 1755, que os Galegos, numa das suas arruaças entram nos Montes da Madalena e aí cortam vinhas, queimam colmeias e derrubam as pedras de assento, derrubam os muros divisórios e lançam ao rio Lima a Pedra do Vozelo, um dos marcos da linha divisória.

Revolução francesa

Com a aproximação do último quartel do século XVIII, toda a Europa entra em convulsão. A intromissão da Igreja nos assuntos internos franceses, apelando à guerra santa contra a França, leva Napoleão a entrar em Itália e a retaliar o papado, acabando por fazer Pio VI assinar o humilhante tratado de Bolonha. O papa violou este tratado, pedindo auxílio militar à Áustria, e Napoleão agravou as condições que tinha imposto. Nesta altura a polícia política do Papa, a Santa Aliança, assassina na embaixada de França em Roma um dos seus Generais, Dupont.

Em represália pelo assassinio de Dupont, Napoleão ordenou ao comandante-chefe do exército de Itália que lançasse as suas tropas na conquista de Roma.

Em 15 de Fevereiro de 1798, as tropas de Napoleão ocuparam Roma e em 17 de Março depuseram o Papa Pio VI como soberano temporal, ao mesmo tempo que proclamaram a república romana.

Reflexos destes acontecimentos foram as questões de fronteira de 1797 e 1801 a que os naturais de Lindoso se referem quando dizem “na guerra 1797 e na passada”.

Nestes conflitos ambos os contendores guarneceram as fronteiras, colocando guardas avançadas no Monte da Madalena do lado português, assim como os Galegos o fizeram para lá da Portela do Velha.

É durante este período que aí é construída a casa no terreno que tinha sido do Morgado do Alcaide-mor do concelho, terreno que herdara de seus antepassados e que o cedeu por venda ao construtor da casa.

Primeira grande tentativa de demarcação – 1.ª Década de 1800

O que se se segue mostra que a questão da demarcação da raia de Lindoso tinha começado numa data anterior à que é referida pelos documentos de que dispomos e que, contemporâneos com estes, existem outros a serem trocados entre várias entidades.

Limitamo-nos, nas páginas a seguir, a ordenar os documentos por datas e a interpretar as acções neles descritas, para facilitar a sua leitura.

Para acompanhar o que se expõe e facilidade de identificação, mantemos a mesma numeração dos documentos.

(Doc. 70) – Em 9 de Setembro de 1806, o conde da Barca, António de Araújo Azevedo, regressado da sua missão diplomática em França e na Haia, despacha do palácio de Mafra, onde então se encontra D. João VI com a corte na qualidade de Regente, em virtude de D. Maria I ter sido dada como louca e incapaz de governar, atingida que foi pela sua insanidade mental, um aviso a Raymundo Valeriano da Costa Correia, Coronel do Real Corpo de Engenheiros, nos seguintes termos:

“ O príncipe regente, nosso senhor, tendo sido servido mandar nomear vossa mercê, por aviso de trinta de Junho próximo passado, para a diligência de demarcação de limites de Lindoso em lugar do Tenente-coronel Joaquim de Oliveira” ...

Mais informa o conde que “ Sua Alteza Real tinha convindo (isto é, acertado) com a corte de Espanha em que haja de proceder a uma demarcação de limites no sítio chamado da contenda desta vila de Lindoso”.

Mais informa ainda o Conde da Barca que já se acha na província do Minho o capitão do Real Corpo de Engenheiros Joaquim José de Almeida Freitas, que deve coadjuvar Raymundo Correia na sua missão.

E determina que Raymundo Correia parta imediatamente para a Vila de Verin na Galiza, onde se encontram também os comissários espanhóis D. Tomaz Rifá Tenente Coronel Engenheiro e D. Manoel Oterin, capitão do mesmo corpo, com os quais os representantes nacionais tratariam sobre a linha divisória para a demarcação.

Mas acrescenta que se devem regular para esse fim pelos documentos autênticos que com o presente aviso (ordem) lhes serão entregues e também pela antiga posse daqueles sítios em que se verificar haverem sempre estado os Portugueses”.

Recomenda ainda que logo que seja obtida qualquer convenção com os referidos comissários, a deverá enviar ao Conde da Barca para ser presente a Sua Alteza Real, isto é, a D. João VI, para que a aprove, se assim for servido, isto é, se assim o quiser fazer.

Este documento, emitido do Palácio de Mafra, dá cumprimento a uma Ordem Real de 20 de Junho do mesmo ano. (Não dispomos da Ordem Real).

(Doc. 78) – “Representação”

Esta Representação, datada de **13 de Novembro de 1806**, começa por referir uma outra, (de que não dispomos) dirigida ao Rei, em 3

de Novembro do mesmo mês, para relatar o estado em que se achava a Comissão, uma vez que ele tinha sido nomeado para substituir o anterior presidente da mesma.

Nesta Representação, que é dirigida ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, o Coronel Engenheiro refere que não tem nenhuma dúvida sobre a linha de estrema porque a descida da serra para a Vila de Verin lhe havia tirado fundamento a quaisquer objecções que pudessem pôr os delegados espanhóis.

Acrescenta que os Comissários espanhóis nenhum título apresentaram, além de ditos de testemunhas, de entre elas as de alguns desertores portugueses, o que os torna indignos de boa fé.

Dá conta de que “foram lidos os nossos títulos, e não podendo eles de todo em todo ser contestados por outros de igual valor que eles apresentassem, deram a conferência por terminada, alegando que estas (as demarcações) só se podiam fazer no próprio terreno, mormente porque uma planta que os ditos comissários apresentaram não dava a mínima ideia de que representasse aquela serra”.

“Porem, como o tempo que fazia impedia que se iniciassem os trabalhos de campo em razão das baixas temperaturas e das geadas que cobriam a maior parte dos pontos, convencionaram que interrompiam os trabalhos, regressando os comissários portugueses a Viana, onde aguardariam a primeira oportunidade que se oferecesse para adiantar a comissão”.

Dá conta de ter recebido as recomendações que lhe terão sido dirigidas, no sentido de dar conhecimento de qualquer convenção com os comissários espanhóis, assim como a razão porque tomou a dita deliberação.

Acrescenta que se certificou que havia em Lindoso homens de mais de oitenta anos de idade e que todos comprovam e certificam serem os pontos mencionados nos títulos aqueles por onde passa a divisória.

Informa ainda que considera importante deprecar (dar ordem) a câmara de Lindoso para ouvir em auto as testemunhas, mas não

sabendo se isso contraria a vontade do Secretário de Estado, se resolveu a não o fazer sem aprovação.

Finaliza dizendo que quisera remeter ao Secretário de Estado um plano circunstanciado que mostrasse a divisória imaginada pelos comissários espanhóis, o que não pôde fazer em virtude do mau tempo que levou à suspensão da actividade antes dos trabalhos de campo.

O documento original teve a data de 13 de Novembro de 1806 e foi dirigido ao Secretário de Estado da Coroa, António de Araújo Azevedo, que mais tarde foi o Conde da Barca. Foi remetido pelo Coronel Valeriano, chefe da comissão portuguesa.

(Doc. 78) – Nota de Envio de Apresentação e Deprecada

Parte deste documento é a Nota de Envio, com data de **10 de Dezembro de 1806**, de uma cópia da “Representação” que, em 13 de Novembro de 1806, foi dirigida a sua Alteza Real pelo Tenente Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Raymundo Valeriano da Costa Correia.

É enviada pelo Governador de Armas do Minho aos vereadores da Câmara do concelho de Lindoso, para que eles lhe respondam o que lhes aprouver relativo à Câmara, de modo que possa informar o mesmo real Senhor como lhe é determinado pelo Secretário de Estado dos Negócios Estrangeiros e da Guerra.

O original da Representação não consta dos nossos documentos, mas pela cópia que antecede consegue-se apanhar a o assunto.

A Representação equivale hoje a Exposição e/ou Relatório.

(Doc. 79) – Inquirição das Testemunhas

Em **5 de Janeiro de 1807**, no lugar de Parada, na casa dos Paços do Concelho de Lindoso, na presença do Juiz ordinário do cível, crime e órfãos, João Luís Gonçalves da Costa, foram inquiridas oito testemunhas, todas de idades compreendidas entre 76 e 91 anos de idade, com excepção de uma que tinha 70 anos.

A primeira testemunha, de 82 anos, foi o próprio capitão de ordenanças do concelho de Lindoso, que deu informes interessantes e pouco conhecidos, como seja que no ponto de demarcação Portela da Velha, onde antigamente chamavam Sede dos Reis, há uma cruz á maneira de um cruzado novo, e ainda que a câmara de Lindoso condenava os galegos que passavam as demarcações com gado ou apanhando lenha e que eles prontamente pagavam as respectivas coimas.

Verifica-se nestes depoimentos que todas as testemunhas descreveram por palavras suas as demarcações tal como constam do cadastro de 1538. De notar que os pontos fundamentais (marcos cruces, pedras, pontões) são igualmente referidos por todas as testemunhas.

Pela segunda testemunha, de 91 anos, é referido o particular de se lembrar que “ muito próximo da Pedra do Vozelo se achava um padrão, junto à margem do rio Lima, na parte Sul, que servia de divisa entre os dois reinos, o qual os Galegos por maldade o arrancaram e deitaram por terra, de cuja acção os povos do concelho recorreram para o alcaide mor do concelho e este de comum acordo com o abade de Manin, freguesia confinante do reino da Galiza, autorizado este pelo bispo de Orense, donatário daquela e de outras freguesias confinantes, obrigaram os mesmos galegos a pôr o dito padrão no seu primeiro estado”, haveria uns 50 anos que isto se passou.

Outras testemunhas revelam igualmente pormenores de interesse local.

(Doc. 74) – Instruções Detalhadas do Conde da Barca.

Em **24 de Janeiro de 1807**, António Araújo de Azevedo, Conde da Barca, Secretário do Rei e Ministro de Estado, faz subir ao Ministério dos Negócios Estrangeiros e da Guerra, uma Directiva com instruções sobre a demarcação da fronteira Norte, na qual, ao mesmo tempo que considera o testemunho das populações pouco relevante e achar que os anteriores comissários de ambos os países as haviam valorizado

em demasia, acrescenta que suspeita da insistência do representante espanhol em começar por Bragança e acabar por Lindoso, quando seria mais recomendável começar por Lindoso, onde há problemas de contestação, e seguir depois para outras bandas.

A seguir pede ao Ministro dos Negócios Estrangeiros para “suscitar que a Corte de Espanha passe ordens para o seu comissário dar princípio aos trabalhos por Lindoso, mudando desde já o seu quartel para o lugar próximo do que se pretende demarcar”

E continua dizendo que as mesmas ordens sejam dadas ao Tenente-coronel Raymundo Valeriano para que: “Logo que o tempo permita trabalhar no campo, os comissários de ambas as Cortes tirem a carta do terreno do lugar em questão nos subúrbios de Lindoso para que sendo de comum acordo tirada se evitem contestações a respeito da exacção da que cada um de per si tirasse”.

“Se depois desta carta tirada os comissários concordarem marcarão uma só linha divisória e se acontecer o contrário, marcarão o duas linhas, dando um ao outro cópias da carta tirada, que assinarão e cuja cópia cada um remeterá à sua Corte, com as objecções que os obriga a não concordar, as quais devem passar de um para o outro assinadas”.

“Sendo esta carta do terreno e as objecções dos comissários assim remetidas às Cortes daí se decidirá o que depois devem fazer, devendo por último lavrar-se documentos autênticos que se conservem nas duas nações”.

Nota: O Reino desta altura funcionava assim: As ordens dimanadas do Rei, saíam da Secretaria de Estado dos Negócios do Reino, cujo Secretário era o equivalente a Primeiro Ministro, e eram levadas ao conhecimento de outros países através do Ministro dos Negócios Estrangeiros e da Guerra. As instruções finais constantes deste documento destinam-se a ser transmitidas ao Ministério dos Estrangeiros de Espanha, de onde serão encaminhados para a Secretaria dos Negócios do Rei de lá e presentes ao Rei, se for caso disso.

Acção subsequente da parte Portuguesa

O documento disponível, da autoria do Capitão do Real Corpo de Engenheiros, enviado do quartel de Lindoso ao seu superior Coronel Raymundo, datado **de 27 de Janeiro de 1807**, dá a entender que entre ambos já outros documentos foram trocados, e afirma o seguinte: Em primeiro lugar atem-se aos documentos jurídicos existentes na Torre do Tombo elaborados como se disse atrás no reinado de D. João III, no ano de 1538 e, com base neles descreve a demarcação, garantindo que a mesma coincide com a que está “na memória das gentes de Lindoso e por elas é praticada”, e ainda certo com o documento jurídico do Arquivo da Sé da Braga do qual, pelos vistos, também dispõe.

Este oficial termina dizendo que para o limite da raia seca ter uma leitura correcta deveria, na continuação da serra do Quinjo para o lado da Peneda seguir a linha de alturas até ao rio de Crasto (hoje Peneda), não descendo aos Pontões das Barcas (algures entre a Várzea e Olelas de hoje).

(Doc. 72) – Acção da parte Espanhola, sediada em Compostela – Lóbios

Entretanto os comissários espanhóis, sediados no lugar de Compostela, emitiram, em **27 de Junho de 1807**, um relatório separado que não levava em conta os documentos existentes e exibidos do lado português e se limitaram antes a contestar a sua lógica e a sua validade.

Segundo a sua argumentação, a fronteira deveria fazer-se pelo rio Cabril até à confluência deste com o rio Lima, por este até à confluência com o rio Tibo (assim chamado o Laboreiro nesse tempo) e pelo Tibo até à Peneda.

Tudo o resto seria espanhol. Assim não só a serra do Quinjo como os Montes da Madalena seriam espanhóis e ponto final.

Argumentaram os comissários espanhóis que os de Manin, Lobeiros e Compostela seriam usufrutuários desses montes de contenda

porque, segundo eles, os de Lindoso tinham muitas dificuldades de carregarem os seus frutos.

Finalmente argumentaram que não era crível que nas diferentes guerras não tivessem aí construído algum reduto de campanha ou atalaia de observação.

E ainda que segundo o testemunho das gentes dos povoados mencionados, que nenhum português passou o Cabril no ano de 1762, antes cortaram a pequena ponte que transpõe o rio.

Concluíram assim, os oficiais espanhóis que a divisória deveria ser pelos rios.

Este documento tem a mesma data do da delegação portuguesa e é assinado em Compostela (lugarejo raiano) a 27 de Junho de 1807.

(Doc. 73) – Reacção do chefe da missão portuguesa

O chefe da Missão portuguesa compulsou o relatório do seu subordinado e o da delegação espanhola, apresentando ao Rei D. João VI a sua Informação, em **14 de Setembro de 1807**.

Como se verificou atrás, o Coronel Valeriano recebeu do Conde da Barca, então Ministro e Secretário de sua Majestade, a missão de se guiar pelos documentos antigos e pelos usos e costumes dos povos, confrontar estes dados pelos apresentados pelos representantes de Espanha, obter um acordo e transmitir ao rei o seu conteúdo para posterior decisão real.

Deparando-se este militar com uma posição tão extremada e irredutível da parte da delegação espanhola, com repúdio das razões apresentadas pela parte portuguesa, resolveu preparar uma informação na qual explicitasse cada ponto das razões que assistiam aos povos de Lindoso, como rebatesse cada um dos argumentos da parte espanhola, por infundados e inconsistentes.

Além desses argumentos, como militar que era, justifica as vantagens da serra do Quinjo, ponto dominante e decisivo para o ataque ao castelo de Lindoso com os meios desse tempo.

No mesmo raciocínio esclarece a falta de sentido que teria sido fazer fortificações nos Montes da Madalena, uma vez que tomada a posse do Quinjo, rapidamente toda a área da Madalena que lhe fica em baixo, seria batida e inutilizado o valor militar para deter uma invasão vinda da Galiza.

Lembra que a guerra de 1801 era defensiva e que se optou por construir as trincheiras para defesa próxima, pois em tais circunstâncias de guerra nunca se atende ao terreno ser de um ou de outro estado, pois que o “direito de guerra” faz o “direito de posse” e não ao contrário. Quer isto dizer que quem conquista toma posse e por isso os ataques ou as defesas podem ser estabelecidos onde melhor convier à tática militar.

A Informação do Coronel Raymundo termina recomendando que seja adoptada e defendida por Portugal a linha divisória que consta do Tombo de 1538, sempre respeitada pelas populações de Lindoso.

(Doc. 82 final) – Interregno nas demarcações – Guerras Napoleónicas

A seguir às diligências de 1807, não se concluíram as demarcações por terem principiado as Guerras Napoleónicas.

Com a paz de Basileia tinha terminado a Campanha de Roussilhão, na qual Portugal se tinha debatido contra a França, ao lado da Espanha.

Mas a paz então alcançada foi logo a seguir traída.

Logo em Janeiro de 1801, Manuel de Godoy fazia um pacto secreto com Napoleão, enviando a Lisboa um ultimato para que Portugal abandonasse inteiramente a aliança com a Inglaterra, e fazia concentrar junto da fronteira um exército de 68. 000 homens, como medida de intimidação.

As hostilidades começaram a 20 de Março de 1801 e, após a perda das praças de Olivença e Jerumenha, assinou-se o tratado de paz de Madrid em Setembro do mesmo ano.

Carlos IV de Espanha era um fantoche e Godoy. Este, um ambicioso e venal, era quem tudo mandava. Em 1806 era o governo português discretamente informado que Napoleão preparava a invasão de Portugal.

Para chegar a Portugal, Napoleão precisava do apoio de Espanha: Godoy iluminou-lhe o caminho, propondo para isso, em 27 de Novembro de 1807, o tratado de Fontainebleu entre a França e a Espanha, pelo qual se punha fim à existência de Portugal e das suas colónias.

O tratado, engendrado por Godoy, previa a divisão de Portugal em três partes, uma das quais para o próprio Godoy (Alentejo e Algarve), outra para a ex-rainha da Etrúria (Entre Douro e Minho) e o restante ficaria na posse do rei de Espanha, no caso de se pôr fim à Casa de Bragança.

As indecisões de D. João VI em cortar relações com Londres e bloquear a entrada dos portos portugueses à Inglaterra, levaram Napoleão, em 17 de Outubro de 1807 a dar ordens ao VIII Corpo de Exército, do comando de Junot, a marchar sobre Portugal.

É a primeira invasão Francesa.

Portugal ainda manobrava diplomaticamente para não ser invadido, dividido que estava entre ser fiel ao seu sempre infiel aliado britânico, ou tentar manter uma neutralidade que era só de fachada.

Portugal mantendo a neutralidade garantia à Inglaterra o acesso aos portos portugueses e, através deles, à Europa. Mas isso era o que Napoleão não podia consentir para que o bloqueio dos portos europeus à Inglaterra surtisse efeito para conseguir enfraquecê-la e vencê-la.

A Inglaterra, expulsa de Buenos Aires no ano anterior, e vencida num falhado assalto para retomá-la no ano de 1807, procurava agora regressar à América do Sul, empurrando para lá a coroa portuguesa e garantindo aí o estatuto de preferência nas trocas comerciais, até então exclusivo de Portugal e de Lisboa.

Perante o aproximar da invasão, a Corte Portuguesa embarca para o Brasil e o Império fica à deriva até ao retorno do Rei a Lisboa, onde chega mais de uma década depois.

Neste intervalo, Portugal não só sofreu os horrores de três invasões francesas, como a ocupação dos ingleses. O ouro do Brasil tinha deixado de ser para as beáticas de D. João V e passou a ir por inteiro para a Inglaterra a quem pagávamos por nos ter o país ocupado.

A primeira medida que os Ingleses levaram D. João VI a promulgar quando chegou ao Brasil foi a franquia dos portos brasileiros aos súbditos ingleses, retomando assim com vantagens acrescidas no Brasil o que tinham perdido na Argentina e garantindo na Europa a abertura dos portos, além de assegurarem emprego na ocupação militar de Portugal para as tropas inglesas que sobravam depois do conflito napoleónico.

Neste intervalo, Portugal além de não se furtar às três invasões francesas foi ocupado por Ingleses, piores ainda como amigos do que os inimigos Franceses.

No meio deste vendaval político, não admira pois que as negociações da fronteira de Minho e Trás-os-Montes ficassem em suspenso aguardando por melhores dias, enquanto o Império Português, por vontade política e interesses comerciais da

Inglaterra, atravessava o Oceano em deriva para o Brasil, de onde só regressaria em 1821, com a chegada da Corte a 4 de Julho.

Entretanto, Lindoso esperou mas não esqueceu, nem desistiu de fazer valer as suas razões, retomando a iniciativa logo que se começou a falar no regresso da Corte a Portugal, por volta de 1819.

(Doc. 82) – Período 1819 – 1821 – Apresentação do Juiz de Lindoso.

Em 18 de Fevereiro de 1819, o Juiz de Lindoso, João Luís Lourenço, dirige a D. Miguel Pereira Forjaz uma Apresentação (Requerimento), no qual pede que sejam levados ao conhecimento de Sua Majestade os vexames e agressões de fronteira provocados pelos Galegos, em

20 de Janeiro daquele ano, com o pedido de que sejam retomadas as negociações para ultimar a demarcação da raia, para não serem mais vexados pelos Galegos confinantes.

(Doc. 75) – A 18 de Março de 1819, ao então já Coronel do Real Corpo de Engenheiros, Raymundo Valeriano da Costa Correia, é solicitado para se pronunciar sobre o conteúdo da Representação do juiz de Lindoso de 20 de Janeiro de 1819, Doc. 83.

O Coronel começa por afirmar que sobre a entrada em assuada pelos espanhóis nos Montes da Madalena nada pode informar.

Reporta-se a seguir à sua participação como chefe da missão de 1806 em representação de Portugal para traçar a linha de fronteira entre os dois países naquela parte da raia.

E termina dizendo que entregou toda a documentação logo que regressou a Lisboa, em Fevereiro de 1808, no Arquivo Militar do Reino.

(Doc. 83) – A queixa do juiz de Lindoso teve eco perante a Coroa porque já em **26 de Abril do mesmo ano** sai uma ordem da Regência do Reino (Regência porque nesta data o rei ainda estava ausente) para o Corregedor da Comarca de Viana proceder a averiguações sobre a queixa do juiz de Lindoso.

A Ordem da Regência do Reino reproduz a queixa do juiz de Lindoso que, no essencial descreve que os habitantes de Compostela entraram à força nos Montes da Madalena, fizeram um caminho de carro com o objectivo de tirarem desses montes violentamente madeira, lenha e frutos, alegando por sua parte direitos ao mesmo monte.

A Regência ordena a seguir um relatório sumário da ocorrência de 20 de Janeiro e o mais que em consequência dele tenha tido lugar e informe a Secretaria de Estado a fim de o assunto ser presente a Sua Majestade.

(Doc. 84) – Sumário de Ocorrência – 17 de Maio de 1819

Esse sumário de ocorrência veio a ser feito em Ponte do Lima, em casa do Doutor António Caetano Pereira de Lima, do desembargo de Sua Majestade e seu Corregedor com alçada na Comarca de Viana, sendo as testemunhas ouvidas a 17 de Maio do mesmo ano de 1819, na mesma casa de Ponte do Lima.

E elas foram: José Fernandes, Manuel António Rodrigues do Rego, João Gonçalves Jorge, João Fernandes, Francisco Antunes e João Rodrigues Ramalho, todos do lugar do Castelo.

A conclusão de Relatório Sumário, ouvidas as testemunhas, foi de que os moradores das aldeias de Lodeiros e Compostela, do reino da Galiza, em número de 30 a 40 abriram, no dia 20 de Janeiro desse ano, o caminho que entra no concelho de Lindoso para mais fácil transportarem lenha e torga para fazer carvão, que vêm buscar ao referido monte.

Refere ainda ter visto documentos do Tombo mostrados pelos moradores de Lindoso que atestam que os montes em disputa são de facto portugueses.

(Doc. 85) – Sumário de Averiguações enviado a Madrid

Em 14 de Junho de 1819, o sumário de averiguações é emitido de Lisboa e feito chegar a D. José Luís de Sousa, representante do governo português em Madrid, para o levar ao conhecimento do governo de Espanha, e acrescentava: “Recebi ordens dos governantes do reino para recomendar a V. Ex.a a reclamação junto dessa corte para pôr os meios eficazes que façam abster os povos seus súbditos dos dois lugares da Galiza de toda a repetição de actos turbativos da posse da coroa deste Reino do antigo distrito do concelho de Lindoso e particularmente no Monte da Madalena nele compreendido de tempo imemorial”.

“E de qualquer resposta do ministério espanhol deseja o Governo por V. Ex.a ser informado para seu conhecimento”.

Revolução do Porto de 1820

A revolução de 1820 impõe o regresso de D. João VI a Portugal para jurar a Carta Constitucional.

As ideias saídas da Revolução Francesa continuaram a expandir-se pela Europa. Mesmo depois de Napoleão ser vencido e das famílias reais voltarem a ocupar os seus tronos.

Também Espanha cujo rei, Fernando VII, cunhado de D. João VI, regressa ao trono acompanhado por um retrocesso monárquico que varreu tanto a Espanha como as suas possessões na América.

Com a chegada do rei, o Governo constitucional anteriormente criado em Cádiz foi a abolido e o País regressa ao absolutismo de antes de Napoleão.

Porém, no Dia de Ano Novo de 1820, perto desta cidade portuária do Sul de Espanha, um batalhão de soldados, comandados pelo Tenente-coronel Rafael del Riego, amotinou-se em protesto contra o embarque para as colónias da América.

Riego pensou que tinha escolhido bem o momento, uma vez que Cádiz já tinha tido um governo constitucional e estava cheia de potenciais aderentes a essa revolta.

De facto aí aguardavam os contingentes de militares com destino às Américas espanholas, numa comissão impopular, destinada a abafar as revoluções que aí se desenrolavam.

Mas Cádiz debatia-se dentro de muralhas com a febre-amarela e a população estava sem ânimo para aderir à revolta.

Perante isto, os seus homens desertaram e Riego dirigiu-se para a costa mediterrânea para fugir de Espanha.

Porém, quando chegou ao Mediterrâneo, estava transformado em herói, pois os quartéis por toda a Espanha se tinham levantado em solidariedade. Estava em curso a Revolução Liberal.

A Revolução Liberal alastrou por toda a Espanha e fez Fernando VII recuar. A Constituição que o Governo de Cádiz adoptara no auge das Guerras Peninsulares foi reactivada e o rei cedeu o poder a um Parlamento novamente reunido: As Cortes.

Em Portugal, durante o breve período de ocupação francesa as facções progressivas tinham-se entretido a discutir ideias anti-clericais e constitucionalistas.

O descontentamento pela humilhação da ocupação inglesa extravasara com a conspiração de Gomes Freire e a sua repressão conduzida por Beresford só contribuiu para reforçar a determinação dos liberais.

Com a capitulação de Fernando VII, Beresford põe-se a cominho do Rio de Janeiro, a tentar convencer o rei a regressar.

Por mais que tentasse convencê-lo, o Rei permanecia evasivo e os ingleses, exasperados com a demora de Beresford no Rio de Janeiro, chamaram-no de volta.

Estava Beresford de volta há dez dias no mar e rebento a revolta do Porto, a 24 de Agosto de 1820 e quando ele estava a meio do Oceano a revolta alastra a Lisboa.

O Conselho de Governadores foi deposto e o novo regime pedia a convocação das cortes portuguesas: Um parlamento, que se reunira pela última vez em 1697.

Adoptou-se a Constituição de Cádiz enquanto o governo rebelde trabalhava numa versão portuguesa própria.

Ao aproximar-se de Lisboa, o navio que trazia Beresford foi abordado e este informado de que não lhe era permitido desembarcar em solo português.

A onda liberal estendeu-se ao Brasil e é abafada em sangue pelo próprio D. Pedro ao comando das tropas do Rio de Janeiro.

Porém, a Corte não podia adiar mais e, a 20 de Abril de 1821, faz-se o embarque de regresso a Portugal, onde chega ao Tejo a 4 de Julho do mesmo ano.

Estando ainda a bordo, D. João VI foi obrigado a assinar o decreto pelo qual concordava em ratificar a nova Constituição.

Agora que Portugal volta a ter rei, acompanhemos em Lindoso as vicissitudes da Madalena, ao mesmo tempo que vamos tomando nota

dos eventos do conturbado período que se avizinha e que, na fase final, vai ter como consequência para Lindoso a sua extinção como concelho, a par de muitos outros municípios que tiveram a mesma sorte por esse altura.

Chegámos assim a 1821

Embora não tenha encontrado documentos comprovativos, tudo leva a crer que ao terem ficado suspensas as negociações de fronteira, com a retirada da Corte para o Brasil, os Galegos continuaram “mole mole” a tentar ocupar terrenos para cá da raia, como se deduz da queixa do Juiz de Lindoso atrás descrita.

É até natural que os povos próximos da raia tomassem este amolecimento da parte de Portugal como sinal de que a passagem dos Montes da Madalena à posse de Espanha acabaria em facto consumado.

(Doc. 58) – Nota do Consulado Geral de Espanha de 3 de Junho de 1821

É talvez nesse sentido que o consulado geral de Espanha em Portugal, D. José Maria Pando, faz chegar à Regência do Reino, pelo Secretário dos Negócios Estrangeiros, Anselmo José Braacamp uma nota requerendo que sejam tomadas as providências convenientes para que os habitantes da povoação de Lindoso “se abstenham de molestar os pastores espanhóis das comarcas raianas de Lóbios, principalmente que se retire do terreno espanhol em que se introduziu um vizinho (habitante) daquela povoação (Lindoso), que arbitrariamente ocupou com a sua família um pedaço do monte chamado da Madalena”.

A nota continua mencionando que “Têm sido contínuas as disputas entre povos limítrofes por parte dos de Lindoso sobre a pertença daqueles montes, nos quais quiseram os pastores portugueses apascentar seus gados e ambos os governos conheceram a necessidade de

cortar os males pela raiz, nomeando em 1807 comissários para que se marcassem e fixassem para sempre a linha de fronteira”.

E acrescenta: “Mas as desgraçadas ocorrências da guerra desbarataram tão útil operação, que seria muito de desejar que se levasse agora até ao fim da sua realização.

Até aqui trata-se de um documento razoável e cordato. Mas o encarregado de Negócios de Espanha espraia-se a seguir por argumentos sem qualquer fundamento, em que praticamente determina qual deve ser a fronteira que deve ser tida como certa, reclamando para Espanha todos os terrenos da margem direita do rio Cabril até ao rio Lima.

O tom desta nota mostra quanto os Galegos tinham progredido “mole mole” na ausência da Corte Portuguesa, a ponto de o encarregado de Negócios de Espanha apresentar as coisas exactamente ao contrário do que elas eram na realidade, isto é, passando para Espanha o direito de posse e para Portugal a acusação de agressor e violador da integridade do território espanhol.

Após mencionar que após a construção da casa tem havido contestação do povos de Lóbios e que os mesmo fizeram subir às autoridades do seu país essa contestação, sugere o encarregado de negócios que “ambos os governos convenham em voltar a nomear comissários que marquem de comum acordo a verdadeira linha de fronteira”.

Termina, pedindo a retirada imediata do vizinho de Lindoso do terreno que ocupa e da casa que construiu nos Montes da Madalena.

Estava-se 3 de Junho de 1821. Um mês depois entrava no Tejo a Corte Portuguesa (4 de Junho de 1821).

(Doc. 59) – Efeitos imediatos da intervenção diplomática espanhola

A nota do Encarregado de Negócios de Espanha teve actuação urgentíssima.

Um dia depois, a **4 de Junho**, já a Regência do reino, em nome Del Rei, enviava ao Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino (o equivalente ao Ministro do Interior), uma nota acompanhada de cópia da reclamação espanhola, com a determinação de mandar proceder às diligências necessárias que dessem as convenientes providências para evitar actos desagradáveis entre os dois povos.

Este documento, é expedido do Palácio da Regência a, 4 de Junho de 1821, assinado por Anselmo José Braacamp e dirigido a Joaquim Pedro Gomes de Oliveira, que por sua vez, envia a 5 de mesmo mês ao Intendente no qual dá conta do sucedido, o faz acompanhar de cópia do original e dá como provada a intempestiva ocupação do terreno da Madalena pelo tal vizinho de Lindoso, e manda que dê ordens para que o mesmo se retire imediatamente (**Doc. 59 c**).

(Doc. 60) – Perante o Aviso Régio, o Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino expede ordens para o Corregedor (hoje seria Governador Civil) da Câmara de Viana, a **9 do mesmo mês (Junho de 1821)**, fazendo-as acompanhar de cópias da correspondência trocada, e determina que “sejam tomadas as providências necessárias para prevenir as contestações dos moradores limítrofes deste reino e “determina também que faça retirar o dito morador dos Montes da Madalena, o português que ali se acha, verificada que seja a sua intempestiva ocupação”.

(Doc. 87) – Em 20 de Junho de 1821

O Corregedor de Viana transmite ao Juiz Vereador Manuel Gonçalves Arieiro, da Comarca de Lindoso as ordens recebidas, acompanhadas do Aviso da Regência de 5 de Junho, e disso dá conhecimento à Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, em 14 de Setembro.

Mas informa também que recebeu duas Representações do Juiz Ordinário do Concelho de Lindoso, que envia para Regência do reino.

(Doc. 62) – O Juiz Ordinário de Concelho de Lindoso responde a **8 de Julho de 1821** fazendo acompanhar a resposta das duas Representações (Exposições) referidas, nas quais descreve toda a história das questões de fronteira, ocorridas depois de 1538 e solicita que as mesmas sejam levadas à presença de sua Majestade (que agora já se encontra em Portugal desde o dia 4 desse mês) a fim de fazer administrar a justiça que assiste àquele concelho.

E termina, informando o Corregedor que, não obstante tudo que relata nas suas Representações ser a pura verdade, fez notificar o português que construiu na Madalena para que se retirasse.

(Doc.61) – A resposta do Juiz Ordinário do Concelho de Lindoso, assim como as duas Representações seguiram para a Intendência Geral da Polícia da Corte e do Reino, e em 14 de Setembro foram expedidas por esta intendência ao Ministro do Negócios Estrangeiros, informando que foi dado cumprimento à ordem recebida, mas recebidas também duas Representações do Juiz do Concelho de Lindoso para serem presentes a sua Majestade, para serem resolvidas como convenha à dignidade real e da Nação.

(Doc. 62) – Representação da Juiz de Lindoso – 8 de Julho 1821

A primeira destas Representações é um documento de notável síntese histórica, que começa por afirmar que deu cumprimento às ordens recebidas de fazer retirar o português que edificara uma casa no Monte da Madalena.

Em seguida leva ao conhecimento superior uma síntese dos actos de desrespeito praticados pelos Galegos, começando por afirmar que os Galegos raianos confinantes com o concelho de Lindoso faltaram inteiramente à verdade em dizerem que os de Lindoso lhes arrancaram as suas cercas metendo-lhes seus gados.

Depois, para que se veja até onde é terreno português, refere os certificados da Torre do Tombo e do Arquivo da Sede de Braga e

menção os pontos inscritos nesses documentos por onde os de Lindoso sempre se governaram.

Aí refere que o alcaide da jurisdição de Lóbios, que é natural do lugar de Compostela, da freguesia de Manin, o mais imediato da raia, no dia 21 de Janeiro daquele mesmo ano de 1821, convocou os homens daquela freguesia para deitarem ao rio Lima a Pedra do Vozelo, que está muito próxima. E não o podendo fazer, por ser muito grande, desfizeram-lhe as cruces que os de Lindoso lhe tinham feito por irem até aí a Câmara e os moradores do concelho a fazer a estrada real que vai para a Galiza sem contradição dos Galegos e isto desde tempo imemorial.

Acusa ainda de se tratar de um acto público de despotismo praticado por aquele alcaide.

Informa também o Juiz que envia a Representação que fez o Tenente Coronel Engenheiro, encarregado da demarcação para apreciação de que ela está conforme e se não se ultimou foi porque ele não quis ceder às exigências então apresentadas pelos comissários espanhóis e porque se seguiram as Guerras (Napoliónicas).

Desmente ainda, o juiz de Lindoso, que os Galegos tenham ou tivessem tido para cá da linha de demarcação cercas ou prédios alguns e não os tendo é evidente que lhos não arrasaram nem lhes meteram os gados.

Dá exemplos de posse e de construções que já foram herdadas dos antepassados, um dos quais o do próprio Padre Manuel António Liço, o qual tem aí corte, colmeias e adega.

Refere a existência da capela da Madalena, de quem o Monte toma o nome, edificada

há séculos pelos moradores do concelho de Lindoso. Acrescenta que é todos os anos solenemente festejada, a ela concorrendo o juiz e a câmara do concelho e que são eles que passam as competentes posturas dos taberneiros que aí vendem e desde a sua antiquíssima edificação se vai a ela todas as sextas feiras da quaresma fazer

clamores na forma que a igreja da freguesia determina e tudo isto a rosto e face dos mesmos Galegos que vão àquela romaria sem que contra estes factos inegáveis tenha havido a menor reclamação da parte daqueles Galegos ou abades do seu distrito, que não deixariam de fazê-la se a ela tivessem direito, assim como o não fizeram contra os dízimos das vinhas e colmeias que sempre têm sido pagos a Portugal.

Também, tanto na guerra de 1801 como na próxima passada estiveram montadas guardas avançadas portuguesas no Monte da Madalena e guardas galegas muito para lá da Portela da Velha e da Pedra do Vozelo por onde passa a divisória.

Depois, o juiz passa aos gados e ao seu pastoreio nos Montes da Madalena, onde têm uma cabana para se recolherem os pastores à noite e o mesmo têm feito noutros locais ao longo da estrema, cujos pontos ele menciona.

E acrescenta que os galegos também têm os seus corrais e cabanas ao longo da linha de demarcação, mas para o lado de lá.

E recorda ainda que a ponte do Cabril e o caminho até à Pedra do Vozelo sempre foi consertado pelos moradores de Lindoso e nunca os Galegos lá entraram para esse propósito. Recorda a provisão régia que desonera os moradores de Lindoso de pagar para as mais pontes do Reino, justamente porque são responsáveis pela manutenção da do Cabril.

Refere ao longo do rio Cabril, do lado do Monte da Madalena existirem cinco moinhos de água que são dos moradores do lugar próximo do Castelo, alguns dos quais edificadas desde tempos imemoriais, coisa que os Galegos não consentiriam se a divisória entre os dois reinos fosse pelo rio Cabril, pois nesse caso, os moinhos estariam no reino da Galiza.

O Juiz termina resumindo todos os actos de posse, domínio e exercício de boa fé de tempos imemoriais de actos jurídicos e religiosos, que considera infundadas e sem razão as contestações galegas que alegam falsidade e ocultam a verdade.

Passa depois à edificação da casa do Monte da Madalena assim: ...“em face do que tinha apresentado e do muito que omitia para não ser tedioso, presumia que edificar uma casa no Monte da Madalena e sítio do Areal, Alexandre José Ribeiro, domiciliado no concelho de Lindoso, não é ocupação intempestiva e muito menos por ser o terreno onde edificou do Morgado do Alcaide Mor do concelho, que já o herdou de seus antepassados, o qual já foi cultivado como o prova a existência nele de uma adega velha com seu lagar”.

Ainda se refere às montarias que os de Lindoso fazem todos os anos aos lobos novos nos montes e Vieiro que fica em frente do outro lado do Lima, ao qual o juiz, a Câmara e o povo do concelho vão todos os anos como ainda este ano o fizeram.

E termina dizendo que não obstante o que expõe fez notificar Alexandre José Ribeiro na forma que foi mandado que fizesse.

Este documento tem a data de oito de Julho de 1821.

(Doc. 77) – “Representação” complementar – 25 Agosto de 1821

Em 25 de Agosto, o juiz Ordinário de Lindoso envia ao Corregedor da Câmara de Viana um ofício, que diz complementar o enviado a 28 de Julho de 1821. (Penso haver um lapso algures nas transcrições, pois trata-se do ofício antecedente, que é de 8 de Julho e não de 28).

Este documento destina-se a enviar cópias de depoimentos de oito testemunhas que foram inquiridas em 10 de Dezembro de 1806, juntamente com o Relatório (Representação) do Tenente-coronel Valeriano da Costa, documentos de que já nos ocupámos.

Independente disso, o Juiz Ordinário, João Domingos Duro, desenvolve o tema chamando à atenção para a coincidência das declarações das testemunhas quanto aos pontos de referência dos limites entre Estados e ainda para partes relevantes das suas declarações.

Entre outras coisas refere que o desembargador António Felix Contreiras procedeu com testemunhas a uma verificação em 1789 e

a remeteu ao Desembargador do Paço, pela mão do escrivão Sotomaior, da qual não houve ulterior decisão.

Refere também a Representação do Oficial do Corpo de Engenheiros acima citado e o mapa que o mesmo elaborou que mostrava a escarpada serra dos pontos da divisória, a qual os engenheiros de Espanha ocultaram.

Depois continua pelos danos que os Galegos têm causado nas propriedades dos povos do concelho e continua desmontando cada um dos argumentos dos representantes de Espanha, demonstrando estar perfeitamente ciente e ter resposta para cada um dos argumentos daquela potência.

E termina pedindo que tudo que tem exposto o faça chegar à presença de Sua Majestade que venturosamente já temos no nosso Reino para conservar a divisória entre os dois reinos pela mesma demarcação antiga.

De notar que o juiz já tinha conhecimento da chegada da Corte, pois refere “que venturosamente o temos no nosso reino”.

O documento é datado de 25 de Agosto e o rei tinha chegado a Lisboa a 4 de Julho do mesmo ano.

Chegada a Corte – Iam começar as tropelias de D. Miguel e de D. Carlota Joaquina, sua mãe.

O povo de Lindoso mais uma vez podia esperar...

Antes que para Lindoso houvesse alguma solução ou sequer tempo para alguém se debruçar sobre a minúscula parcela da fronteira, haveria que travar os golpes de D. Carlota Joaquina, em conluio com o seu bastardo D. Miguel contra D. João VI e, depois da morte deste, da implantação do retrógrado absolutismo, com milhares de mortes e execuções no seu rasto.

Tudo isto, com as Campanhas Liberais que opuseram D. Pedro a D. Miguel, trouxe a Portugal uma década de miséria e de luto.

Mas detenhamo-nos mais um pouco sobre este período.

4 de Julho de 1821, a Corte chega a Lisboa

Na comitiva vinham D. João, D. Carlota sua mulher e o filho que as crónicas dizem que era bastardo, D. Miguel.

D. Miguel era um sujeito muito limitado de intelecto e completamente subjugado por sua mãe, a ponto de não perceber o absolutismo tinha passado e que se estava num tempo em que as ideias liberais e os sistemas de governo parlamentares já implantados na Europa não podiam ser interditados em Portugal.

O prolongamento do exílio da Corte no Brasil fez acumular em Portugal estes problemas que se repercutiam por toda a Europa pós – napoleónica.

Um fosso profundo entre liberais e absolutistas atravessava o País.

Nos primeiros meses depois do regresso, D. João alinhou pelo pensamento majoritário e adaptou-se à vida de monarca constitucional, nomeando ministros, mas já sem desempenhar nenhum papel activo na política.

Alojou-se no convento da Bemposta enquanto a rainha D. Carlota se destacava para Queluz.

D. Carlota não tardou a criar problemas. Em Novembro de 1822 foi enviada a Queluz uma delegação para lhe fazer assinar a Constituição Liberal, o que recusou fazer.

De um momento para o outro o gesto da rainha tornava-se o ponto central da contra-revolução.

Por este gesto D. João condenou-a ao exílio. Cada vez mais pressionada para deixar o país, alegou que estava demasiado doente para viajar.

A sentença foi comutada para exílio na casa do Ramalhão, em Sintra. Aí ficou a rainha a matutar à espera que chegasse a sua hora.

No Rio de Janeiro, com a retirada da Corte para Lisboa, o Brasil sentia-se outra vez colónia, dependendo de Lisboa, a duas mil milhas de Oceano.

A posição do Regente D. Pedro no Brasil tornava-se insustentável e D. Pedro começou a ser visto ora como tentáculo do poder imperial ora com um baluarte contra as exigências da corte a um Brasil que considerava ter direito à maioria.

Abolidos por Lisboa, em finais de 1821, os órgãos administrativos que tinham sido criados quando da chegada da corte ao Brasil, houve uma agitação geral com receio que D. Pedro fosse chamado a Lisboa e foi-lhe submetida uma petição para que ficasse, à qual ele acedeu em Janeiro de 1822.

Em meados de 1822 começaram a chegar de Lisboa relatos perturbadores. D. Carlota apoiava D. Miguel a trono de Portugal. Havia instabilidade no Brasil, onde começaram os confrontos entre as unidades militares metropolitanas e naturais do Rio de Janeiro.

No Brasil, D. Pedro estava inseguro com tudo isto. Resolveu fazer uma série de jornadas épicas a cavalo pelas províncias de Ouro Preto, em Minas Gerais, São Paulo e Santos, para reunir apoios para o seu governo.

E foi em São Paulo, depois de uma visita a Santos, que ocorreu a cena do nascimento do Brasil. A correspondência que lhe foi entregue junto da margem direita do riacho Ipiranga era de Lisboa, da Imperatriz Leopoldina, sua mulher e de José Bonifácio, seu secretário.

Em Lisboa preparavam 7.500 homens para seguirem para o Brasil, para aí fazerem cumprir as ordens da Corte. Tanto Leopoldina como Bonifácio defendiam que se tinha atingido um ponto sem retorno.

Estava-se a 7 de Setembro de 1822.

D. Pedro, com a sua guarda pessoal presente, arrancou as insígnias portuguesas do seu uniforme, atirou-as ao chão e ordenou aos seus homens que fizessem o mesmo.

Desembainhou a espada e proclamou: “ Independência ou morte! Separemo-nos de Portugal”.

A perda do Brasil manchou a reputação dos Liberais em Portugal: Os absolutistas aproveitaram para espalhar que um regime absoluto não teria deixado Portugal sem a sua melhor colónia.

Em 1823 os liberais foram varridos do poder, quando o primeiro de uma série de golpes engendrados por D. Carlota foi desencadeado pelo seu bastardo D. Miguel.

D. João conseguiu sobreviver à revolta conhecida por Vilafrancada, colocando-se à cabeça da mesma à custa de ter de revogar o exílio de D. Carlota e aceitar conceder-lhe a recuperação do seu direito de rainha de Portugal no Palácio de Queluz.

A posição de D. João ficou muito fragilizada, com uma rainha de pleno direito e um filho à solta, um e outro de deslealdade comprovada.

Uma segunda revolta dá-se em 1824 com o nome de Abrilada (Abril de 1824) e foi ainda mais violenta. As tropas de D. Miguel, orquestradas por D. Carlota, amotinaram-se na cidade, cercando e assassinando os opositores liberais que tentavam fugir. D. João foi pressionado para abdicar em favor do filho, mas, em vez de o fazer, fechou-se na Bemposta, enquanto que na rua os seus partidários eram assassinados.

O Corpo Diplomático acreditado em Lisboa foi visitar o Rei e preparou-lhe um passeio de barco no Tejo. Ao passar pelo barco inglês o HMS Windsor Castle, surto no rio, o rei manifestou interesse de o visitar, o que lhe foi imediatamente facilitado.

A bordo esperavam-no as filhas e o corpo diplomático, que tinha preparado tudo em combinação com El Rei.

De bordo pediu um encontro com D. Miguel. Sem nunca se saber porquê, este compareceu e uma vez a bordo, passou a noite confinado na cabina do navio e foi levado para o exílio na Áustria no dia seguinte.

Apesar de haver razões para o exílio definitivo de D. Carlota, esta conseguiu resistir a todas as tentativas de a depor.

A 4 de Março de 1826 morre D. João.

Antes porém reservara para si o direito ao título de Imperador do Brasil, mas cedia ao seu filho D. Pedro e seus descendentes os poderes que esse mesmo título conferia.

D. João no seu leito de morte nomeou a filha D. Teresa como regente temporária, acrescentando que a sucessão, passaria a D. Pedro e seus descendentes. D. Pedro quis acabar com as ambiguidades ocupando o trono de Portugal e depois abdicar a favor de sua filha de sete anos, Maria da Glória, que prometeu em casamento a D. Miguel.

Porem, com o apoio de D. Carlota, D. Miguel regressa do exílio e começa uma contra-revolução sangrenta como ele gostava. Para culminar tinha-se autoproclamado rei absoluto.

Por ironia, D. Carlota morreu sozinha no seu leito de Queluz, dois dias antes do bastardo subir ao trono.

O seu legado de uma família e um país em guerra iria perdurar ainda por muito tempo, o suficiente para os absolutistas cometerem todas as barbaridades que ensanguentaram o país com sangue dos liberais.

Em 1831, D. Pedro regressou do Brasil para comandar os liberais na luta contra os absolutistas de D. Miguel.

Em Julho de 1832, D. Pedro, com um exército de 7.500 homens, desembarca no Porto.

Em 1833, Saldanha imprimiu um novo impulso às operações. Carlos Nepier, da marinha inglesa, transportou 1.500 homens para o Algarve, comandados pelo duque da Terceira e na volta derrotou a esquadra miguelista no cabo da São Vicente (Julho de 1833).

O Duque da Terceira atravessou o Alentejo, caiu de súbito sobre as tropas de Teles Jordão, na Cova da Piedade, e entrou em triunfo em Lisboa, a 24 de Julho.

Os liberais vieram para a capital. Saldanha tomou Leiria e derrotou os miguelistas em Torres Novas e Almoester.

Napier submeteu o Minho. Sá da Bandeira o Alentejo. O duque da Terceira Trás-os-Montes, triunfando depois na Asseiceira, em 13 de Maio de 1834.

O que restava dos absolutistas foi cercado em Évora Monte onde D. Miguel capitulou a 26 de Maio de 1834, seguindo para a Áustria.

Com a expulsão de D. Miguel, a sociedade portuguesa beata e padrega por um lado e eivada de ideias liberais por outro, não tinha tido tempo de preparar-se para a mudança em boa convivência. Para piorar as coisas, os vencedores, em vez de buscarem uma fórmula apaziguadora, começaram a dar caça aos miguelistas e aos seus bens: Uns, para vingar dívidas de sangue, outros para aproveitar da ocasião.

Foi o tempo do “Devorismo”.

Entre 1834 e 1850 motins e contra-motins, revoluções e contra-revoluções denunciaram as dificuldades de encontrar na Metrópole uma forma de substituir o vazio deixado pelo sistema anterior, agora definitivamente morto.

Convém lembrar que D. Pedro não pode ser responsabilizado por esta fase triste, tal como D. Miguel o foi pela anterior, simplesmente pelo facto de D. Pedro ter morrido pouco mais de dois meses depois da expulsão de Miguel.

Entretanto, Lindoso esperou.

É talvez por isso que entre 1821 e 1855 não se encontram documentos sobre a questão dos Montes da Madalena.

O país andava atarefado com questões mais sérias. Entre a chegada da Corte e a expulsão de D. Miguel para Viena de Áustria foram os golpes de D. Carlota e do seu filho. Entre 1834 e 1850 foi o País à procura de si mesmo, a tentar encontrar um rumo para o seu destino metropolitano.

(Doc. 58) – Ano de 1856 – Retorno aos Montes da Madalena

Passou-se uma geração. As pessoas são agora outras e o assunto dos Montes da Madalena surge tratado com uma displicência e uma distanciação que até é designado como...“a questão suscitada entre Portugal e Espanha pela ocupação que um dos habitantes do Minho fez de parte do Monte da Madalena situado na raia”...

É isto que se lê no Documento 58, na resposta que o Conde de Sobral, Governador Civil de Lisboa, dá a 9 de Outubro de 1856, ao Ministro e Secretário de Estado dos Negócios do Reino, em cumprimento à Portaria urgente de 4 do mesmo mês, daquele ministério.

Este documento é feito acompanhar de uma série de cópias de outros documentos resultantes diligências anteriormente efectuadas:

- Cópia do Aviso Régio de 1821 que sobre o mesmo assunto tinha sido enviado ao Intendente Geral da Polícia da Corte e do Reino;

- Igualmente, cópias da Conta que em 14 de Setembro de 1821 subiu ao Ministério, documentos esses a que já me referi, ao tratar do que se passou sobre o assunto no ano de 1821, e do papel desempenhado por cada um dos protagonistas de então.

O que se conclui da forma como esta questão está a ser levantada é que se trata de reiniciar um assunto que permaneceu morto entre 1821 e 1855.

Estes documentos destinam-se a servir para contrariar o trabalho de a uma comissão mista, nomeada em 1855, a qual se limitou a entregar o terreno em disputa aos espanhóis na forma que eles requeriam.

(Doc. 57) – Comissão Fantasma de 1855 e Comissão Mista de 1861

Não se dispõe de documentação que esclareça em pormenor o que aconteceu, mas pode-se concluir que foi muito lesivo para Portugal, conforme se lê no Doc. 57, ao tratar da 3ª Questão dirigida

a uma nova Comissão Mista, que apresenta um relatório subscrito pelo presidente dessa Comissão, A.J. B. Vasconcelos e Sá, Tenente-coronel do Corpo de Engenheiros, em 18 de Dezembro de 1861.

Entre outros pontos refere que as coisas se passaram na aldeia de Lindoso no actual concelho de Ponte da Barca.

Esta passagem indica, indirectamente, que Lindoso já deixou de ser concelho e que nesta data está integrado em Ponte da Barca.

De facto Lindoso tinha deixado de ser concelho, como muito outros em Portugal, em 1856.

Mas, para a questão dos Montes da Madalena, interessa reter que são produzidas neste documento grandes acusações à **comissão mista anterior (de 1855)**, nomeadamente de ter excedido as suas competências, de não ter zelado pelo interesse nacional e nem sequer dever ter lido as Instruções que governavam as suas competências.

De facto, o Art. 7.º dessas Instruções diz: “ Nos pontos em que houver reclamações dos povos, ou discordância nos pareceres dos comissários, a comissão se limitará a dar conta muito imparcial ao Governo respectivo pelo competente Ministério das dúvidas que ocorrerem e das causas da discordância e esperará resolução”.

Na realidade a comissão mista, nomeada em 1855, examinou em Julho de 1856 as localidades e procurou depois esclarecer a questão e terminar a delimitação da raia.

Pelas actas mencionadas neste relatório pela comissão de 1861, se descobre que, de facto, o presidente da comissão portuguesa de limites de 1855 errou, como se vê pelo texto que se transcreve a seguir: “ Na acta n.º 15, que foi feita a 18 de Agosto seguinte (1856), se vêem os argumentos então empregados para conhecer se o Monte da Madalena era de Portugal ou da Espanha e o que resolveram fazer. Vê-se que o presidente da secção espanhola compôs uma memória, na qual pretendeu provar que o Monte da Madalena era da sua nação. Que o presidente da secção portuguesa prometeu apre-

sentar outra em sentido contrário e que de facto apresentou e onde se diz na Acta n.º 16 que “no entanto resolverão logo que o mencionado Monte ficasse para Espanha”.

Ou seja, segundo a Acta n.º 16, o argumento que a seguir o presidente da comissão portuguesa usou foi para dizer que o monte da Madalena era espanhol, reforçando desse modo o argumento daquele delegado, em vez de o contrariar, usando a documentação e as inúmeras razões que assistiam à parte portuguesa.

Quando da contestação por parte de Espanha em 1821 da ocupação por um vizinho de Lindoso do Monte da Madalena, Portugal mandou que os súbditos portugueses “aguardassem sem ocupar esse monte, para evitar novas desordens, a época de demarcação da fronteira para chamarem exclusivamente seu ao dito monte”.

Se Espanha tivesse feito o mesmo, as desordens teriam sido evitadas desde então e não teriam os povos galegos mole mole ocupado o terreno que os portugueses por obediência às suas autoridades só fizeram para contrariar o abuso galego, apesar de terem consciência de que o Monte era deles.

O presidente da comissão de 1861 refere ainda uma série de documentos já tratados por nós aqui.

No seu relatório é mencionado um mapa topográfico feito em 1803 pelo Capitão Engenheiro Vilas Boas, que segundo diz, mostra à vista como é a questão e que naquela época já existia.

Este Vilas Boas foi o projectista da Igreja da Barca na sua traça com duas torres sineiras, uma das quais ruiu mais tarde por efeito de um raio que nela desfechou.

O presidente da comissão de 1861 acaba o seu relatório concluindo que “o Governo Português não se pode conformar com a opinião da comissão misto (de 1855) a respeito do Monte da Madalena porque aquela comissão não tinha autoridade para resolver como fez”.

E termina escrevendo que “por tudo que se sabe, se passou e se fez o Monte da Madalena pertence a Portugal”.

(Doc. 65) – “Representação” do Regedor da freguesia de Lindoso – (Sem data).

Reagindo ao desastroso trabalho da comissão mista de 1855, o regedor da vila de Lindoso, do concelho de Ponte da Barca, em representação da Junta da Paróquia, solicita a El Rei que a comissão mista conserve as antigas demarcações com a Galiza.

Este documento **não tem data**, mas o regedor assume que Lindoso é vila do concelho da Ponte da Barca, portanto é posterior a 1856.

A Representação refere que teve notícia de que se trata de nova demarcação de Limites entre Portugal e Espanha e que tem suspeitas que se pretendem alterar as actuais demarcações na parte em que a vila e freguesia de Lindoso confina com a Galiza.

Em nome dos paroquianos solicita ao Rei a graça de não consentir que sejam alteradas as antigas demarcações por ser nociva aos interesses dos paroquianos e destruidora da glória adquirida por seus maiores na defesa deste reino.

Mais adiante lembra que não é só pelo interesse que os habitantes de Lindoso pedem a conservação daquele terreno no domínio português, mas também pelo lado gloriosos e pelo religioso.

Pelo glorioso porque foi naquele lugar que seus maiores cobraram feitos de valor em 1641 e em 1657, derrotando ao General espanhol D. Vicente Gonzaga que com 600 infantes e muitos cavaleiros lhes havia apreendido seus gados.

Pelo religioso porque é àquela capela que os moradores de Lindoso vão em procissão todas as sextas feiras da Quaresma cantando ladainhas para que o Todo Poderoso lhes conserve os frutos e os gados.

(Doc. 66) – Exposição Colectiva de 5 de Junho de 1863

Na mesma linha se encontra a Exposição Colectiva do povo de Lindoso a El Rei a pedir a conservação do Monte da Madalena na posse de Portugal, datada de 5 de Junho de 1863.

O documento dirigido a El Rei informa que corre em Lindoso notícia que o governo de Portugal está próximo de fazer tratado de limites com o governo de Espanha, com o qual terminarão as dúvidas e as questões que há entre povos fronteiriços.

Corre também que os súbditos de Sua Majestade vão ser esbulhados, no todo ou em parte, do terreno conhecido com o nome de Monte da Madalena, que os Galegos ambiciosos pretendem usurpar – lhes, ainda não contentes com o que já lhes levaram na margem direita do rio Lima.

Depois de referirem que, de todas as perdas, a mais insuportável seria a da capela da Madalena, terminam suplicando que o Rei o não permita.

Segue-se um abaixo-assinado de 61 assinaturas e 72 cruces, que era a forma de assinatura presencial dos analfabetos.

Nota final:

A documentação disponível termina aqui.

Depois desta data, não tive acesso a qualquer outro documento.

No entanto, o assunto não morreu sem solução, uma vez que actualmente existe uma demarcação bem precisa entre Portugal e Espanha pelo riacho que corre logo a nascente da capela da Madalena, conforme se pode verificar pelo sinal de demarcação colocado a meio do pontão que transpõe o referido riacho e onde se exibem de um lado as armas de Portugal e do outro as de Espanha.

Apesar disso, assalta-me a dúvida de saber se este limite coincide com o que é referido em todos os documentos portugueses e na memória dos povos raianos ou se houve de facto cedência – maior ou menor – conforme se teme nos dois últimos documentos citados.

Pelos resultados a que se chegou é evidente que os trabalhos da comissão mista de 1855 não foram aprovados. No entanto podem ter servido de argumento para algumas cedências posteriores por parte de Portugal.

A má semente sempre cria ervas daninhas.

Pesquisa e síntese histórica:

Cor Eng. Manuel da Cruz Fernandes

Fontes:

a). Vários autores e obras.

b). Documentação referente a Lindoso, com a designação Doc., cedida pelo Sr. Manuel Ribeiro dos Santos de Cidadelhe.

Lisboa, 3 de Fevereiro de 2006.